

Resoluções do Ativo da JDS – A Juventude e a revolução democrática



O Ativo de Juventude foi realizado entre os dias 4 e 8 de abril,

em Fortaleza. Participaram do evento cerca de 70 jovens militantes da DS, de todas as regiões do país. O processo de formação do Ativo foi precedido pela realização de 12 ativos estaduais e regionais.

O Ativo Nacional de Juventude da DS se inscreve num novo momento de mudanças do capitalismo mundial, de disputa de rumos do nosso governo nacional, de reaproximação do PT com os princípios do socialismo democrático, a partir das resoluções à esquerda tiradas no 4º Congresso do partido.

Leia abaixo a parte central das resoluções tiradas no ativo, ou clique [aqui](#) para ter acesso a todo o caderno de resoluções do ativo. Esta primeira parte tem como título “A Juventude e a Revolução Democrática” e versa sobre a crise da hegemonia neoliberal e a construção de alternativas progressistas no mundo, o lugar da juventude na luta de classes, a construção da revolução democrática no interior da JPT e sobre as tarefas da JDS no movimento estudantil.

Nos próximos dias vamos publicar no site as resoluções sobre temáticas específicas tiradas no ativo.

Ativo Nacional de Juventude

Fortaleza, 4 a 8 de abril de 2012

A Juventude e a Revolução Democrática

Introdução

1. O Ativo Nacional da Juventude da Democracia Socialista, tendência interna do PT, se realiza num novo momento de mudanças do capitalismo mundial, de disputa de rumos do nosso governo nacional, de reaproximação do PT com os princípios do socialismo democrático, a partir das resoluções à esquerda tiradas no 4º Congresso do partido.

2. Partindo da avaliação de que se abre um novo período no Brasil marcado pelo esforço de construção da hegemonia dos socialistas democráticos, aprovamos na X Conferência o documento “Diretrizes de um programa para a Revolução Democrática”, que propõe uma atualização do programa histórico do PT. Essa atualização propõe consolidar, aprofundar e expressar um sentido histórico à formação de um novo bloco político e social já em desenvolvimento no Brasil.

3. O programa da revolução democrática não é idêntico a um programa socialista da revolução, na medida em que sua centralidade não está apoiada na superação imediata do sistema capitalista. Mas, ao ser dirigida por um partido do socialismo democrático; ao se apoiar no próprio processo de emancipação da classe trabalhadora e dos setores oprimidos, como os/as negros/as, as mulheres, os LGBTs; ao ser crítico e alternativo aos valores liberais, ao modelo predador da natureza, à supremacia do poder dos capitalistas na democracia brasileira; ao estabelecer uma profunda solidariedade com as lutas dos povos oprimidos de todo o mundo, esta revolução democrática estabelece outra dinâmica social, outra lógica e possui uma relação histórica permanente com a sociedade socialista democrática que sonhamos e lutamos por construir.

4. Esta relação não é automática e dependerá da correlação de forças e do fortalecimento político dos setores socialistas democráticos.

5. Desse modo, o nosso programa dialoga e se propõe a construir um novo ascenso dos movimentos sociais, um novo protagonismo da cidadania ativa, uma nova consciência cidadã alimentada pelos valores do socialismo democrático no Brasil. Este novo e mais alto ascenso deve desenvolver-se junto à retomada e aprofundamento da cultura socialista e democrática do PT, dos partidos da esquerda brasileira e dos próprios movimentos sociais que estruturam este bloco histórico.

6. Nossa esforço tem sido então o de formular as estratégias pelas quais essas diretrizes se somarão às lutas travadas pelo povo brasileiro no sentido da sua plena emancipação. Para esse nosso Ativo Nacional queremos reforçar as razões e indicar os meios pelos quais disputamos a juventude brasileira.

Crise da hegemonia neoliberal e construção de alternativas progressistas no mundo

7. Vivemos a primeira conjuntura de um novo período histórico, caracterizada pela crise da hegemonia neoliberal, após longa hegemonia de 30 anos em escala internacional. A redução da capacidade de dominação desse projeto está refletida no desgaste da sua legitimidade, na maior fragilidade de direção do imperialismo e na falta de coesão política para apresentar um programa que responda às situações impostas pela crise mundial.

8. No entanto, o enfraquecimento de uma alternativa socialista provocado pela hegemonia do neoliberalismo, pela falência dos Estados de Bem-Estar Social e dos partidos socialistas e social-democratas na Europa e pela queda dos regimes socialistas burocratizados do Leste Europeu, não permite definir quais serão as consequências sistêmicas da crise.

9. As características do novo período que se abre ainda estão em disputa, mas pode-se dizer que é marcado pela luta para reconfigurar o sistema político internacional e pela construção de alternativas pós-neoliberais, opondo os países do centro do capitalismo avançado e os países do sul do mundo.

10. De um lado, os países centrais adotam medidas econômicas ultraliberais e substituem suas democracias por plutocracias comandadas pelos funcionários do capital financeiro, derrotando pela força as tentativas de resistência popular. De outro, as dinâmicas em curso nos últimos 12 anos na América do Sul, criaram um ambiente propício para políticas sociais e econômicas com forte capacidade de inclusão social e com novas agendas progressistas.

11. Pela sua importância econômica e geopolítica, o Brasil tem exercido forte influência nas novas características da ordem internacional. O sucesso das medidas econômicas anti-neoliberais e as três vitórias eleitorais sobre o bloco histórico do neoliberalismo não só confirmam a grande influência das posições políticas brasileiras, diante da profunda crise de legitimidade do neoliberalismo em escala mundial, como

também diferenciam a dinâmica nacional da internacional, protegendo o país de estragos maiores em meio à crise.

12. Os avanços conquistados em nosso país são provenientes de um modelo de desenvolvimento sustentável que tem permitido a valorização do trabalho e a participação popular. A classe trabalhadora se encontra, nesse contexto, em situação muito mais favorável para avançar em conquistas de reivindicações históricas no país. A ampliação do setor público e sua própria democratização nunca foram tão centrais na agenda política sindical e popular.

13. Essa lógica de desenvolvimento deve buscar a construção de sociedades sustentáveis, com a formação de sociedades socialmente justas e ecologicamente equilibradas, que possibilite a preservação e conservação dos recursos naturais, o combate ao racismo ambiental e promoção da justiça e a solidariedade ambiental.

14. Precisamos ficar atentos a diversas facetas do capitalismo frente a questão ambiental. Em tempos de crise do neoliberalismo e dos problemas ambientais que estamos vivenciando, vem surgindo no cenário um novo tipo de economia intitulada de “economia verde” que se trata da ressignificação do capitalismo sob uma nova denominação. Esse tipo baseia-se em um modelo de valoração ambiental e em mecanismos que agregam a lógica da sustentabilidade ao lucro, reproduzindo a exploração trabalhista, a concentração de terras e a opressão aos movimentos historicamente oprimidos.

15. Permanece, ainda, inalterada a natureza liberal do Estado Brasileiro. Tal natureza é marcada por privilégios rentistas, mercantis, tributários, patronais e de propriedade, patriarcais e racistas, formados na ausência ou na mitigação do princípio da soberania popular, em geral avessos aos princípios republicanos mais fundamentais. A natureza liberal do Estado brasileiro fica evidenciada, mesmo após nove anos de governos do PT, através da hegemonia dos capitalistas sob o sistema financeiro, a formação privada/oligopolizada da opinião pública e a concentração da propriedade.

16. Lutamos por uma alternativa de civilização ao capitalismo, a ser construída com o povo brasileiro, democraticamente, que promova os direitos à igualdade, que saiba construir novos modos de organizar a vida social para além da mercantilização e do autoritarismo do capital. Defendemos a construção de um Estado da Solidariedade, Feminista e Multiétnico, orientado pelos valores do socialismo democrático.

O lugar da juventude na luta de classes

17. A disputa da juventude brasileira é central para o aprofundamento da revolução democrática por três razões. A primeira razão é que a juventude brasileira é majoritariamente trabalhadora e mais vulnerável às mazelas do capitalismo. Apesar de entendermos a juventude como um segmento policlassista e com diversidades múltiplas a opção da juventude da Democracia Socialista é pela organização e diálogo prioritário com as pautas dos segmentos vinculados à juventude da classe trabalhadora brasileira.

18. A melhora significativa do desempenho econômico geral do país com o crescimento da ocupação, a queda do desemprego, o aumento da formalização e o significativo aumento da massa salarial, não se refletem com a mesma intensidade na juventude.

19. O avanço da acumulação do capital gerou uma crise estrutural no mundo do trabalho, que tem sido incapaz de dar condições dignas às pessoas e principalmente de inserir as novas gerações. Com o agravamento da crise, os/as jovens tem sido os primeiros a perder o emprego, aprofundando a tendência de precarização. O impacto desse processo é ainda mais forte sobre as jovens mulheres e os/as jovens negros/as.

20. As precariedades do mercado de trabalho brasileiro como a informalidade, a terceirização, a alta rotatividade e o adoecimento provocado pelo trabalho afetam mais fortemente a juventude em relação ao conjunto dos trabalhadores. A taxa de desocupação é 3 vezes maior entre a juventude em relação à média de toda a população.

21. A segunda razão é que a juventude trabalhadora, pela sua precária condição, está mais exposta à mercantilização da vida social. As enormes restrições de acesso aos bens públicos (educação, saúde, transporte, cultura) têm maior impacto sobre a vida da juventude trabalhadora do que sobre a vida dos jovens das classes possuidoras. Além disso, esses constrangimentos geralmente tornam a juventude trabalhadora, em especial os/as jovens trabalhadores/as que também são negros, clientela fácil da violência, seja exercendo ou na condição de vítima. A probabilidade de um jovem negro ser assassinado é 127% maior do que a de jovem branco.

22. A terceira razão é que a juventude brasileira corresponde hoje a praticamente 50 milhões de pessoas, ou seja, 1/4 da população brasileira. Do ponto de vista demográfico, esse processo é conhecido como cenário de oportunidade para o desenvolvimento. Para os socialistas democráticos, deve interessar a disputa dessa geração, alterando o seu padrão material de reprodução da vida social e a sua cultura política, fortemente exposta aos valores liberais ainda hegemônicos e legitimados pela opinião pública conservadora.

23. A partir do enfrentamento dessas três dimensões, a juventude da classe trabalhadora tem condições de compor a base social de sustentação e desenvolvimento da revolução democrática.

24. Nos últimos anos, as políticas para a juventude tiveram um forte caráter de inclusão, embora com limites estruturais sérios. Um programa da revolução democrática em diálogo com os anseios da juventude da classe trabalhadora deve propor uma mudança de qualidade. Avançar nesse sentido significa construir um conjunto de políticas de inclusão e de igualdade, que promovam a emancipação dessa juventude. Emancipação tem o sentido de não depender da dinâmica do capital para organizar a própria vida social.

25. É necessário construir políticas que contraponham a ofensiva conservadora sobre esse conjunto de políticas emancipatórias que afetam a vida dos/as jovens trabalhadores, das mulheres e da população negra. A defesa de novos direitos da juventude, a partir de um olhar aprofundado sobre o tema, que rompa com a concepção de jovem como problema ou mera transição para a vida adulta, pode assegurar políticas públicas que permitam que esta geração experimente um conjunto de ações que ampliem sua formação cultural e social.

26. O direito à participação, ao território, à terra, à mobilidade e acesso aos bens culturais/lazer, à diversidade, ao desenvolvimento integral, ao reconhecimento de sua história, à experimentação e à vida saudável, são políticas fundamentais que devem ser efetivadas. Além disso, o Estado deve assegurar à juventude o direito à vida segura, que tem a ver com o fim da política de guerra às drogas e o estabelecimento de um modelo de segurança pública baseado no respeito aos direitos humanos, dando respostas a uma das principais bandeiras dos movimentos juvenis: o fim do extermínio da juventude negra. Também queremos um modelo de desenvolvimento que se contraponha às diversas formas de opressão de mulheres e homens, como o racismo, o machismo e a homofobia.

27. Além disso, devemos lutar pela aprovação dos Marcos Legais da Juventude, através do Estatuto da Juventude, do Plano Nacional de Juventude e da regulamentação do Sistema Nacional de Juventude e também aprofundar o debate sobre controle social, fortalecendo a experiência dos conselhos e as gestões avançadas das políticas de juventude.

28. Todas essas políticas devem articular melhores condições de trabalho e garantia de acesso e permanência a todos os níveis de educação – desoneração da vida social, construção de políticas universais que busquem, proteger a juventude da entrada precoce e impositiva no mercado de trabalho e a redução da jornada de trabalho ao mesmo tempo que garante o acesso à educação de qualidade e promoção de trabalho digno aos que optarem por inserir-se no mercado de trabalho; a radicalização da democracia fortalecendo a dinâmica de revolução democrática, na medida em que dá voz e poder político e social aos segmentos historicamente oprimidos; e as pautas libertárias, legalização do aborto e autonomia das mulheres, a livre experimentação, a livre sexualidade, entre outros.

29. É necessário introduzirmos no nosso programa a perspectiva de geração de renda através da economia solidária. Ela é uma experiência que rompe com pilares do capitalismo, incorporando com facilidade a juventude excluída. O trabalho, na perspectiva cooperativista e associativista, com a auto-organização, com a não agressão ao meio ambiente, com as redes de economia solidária fortalecidas, são as formas que melhor se adequam ao projeto de revolução democrática que estamos implementando.

30. A atuação transformadora nas administrações públicas são fundamentais para o avanço da revolução democrática. No continente, temos várias experiências e acúmulos importantes nesse sentido. Devemos recuperar nossa capacidade de mobilização e articulação dessas pautas. O Festival de Juventudes de Fortaleza tem sido um espaço importante para isso.

Construir a hegemonia da Revolução Democrática na JPT

31. Os/as jovens petistas são protagonistas nos grandes movimentos sociais e populares da juventude brasileira. Somos jovens que militamos nas áreas rurais do país, nos sindicatos, grêmios estudantis e nas universidades, nos movimentos por cultura livre, pela livre orientação sexual. Somos uma juventude militante do feminismo e do antirracismo, anticapitalista e anti-imperialista.

32. Permanece à Juventude do PT, através da sua direção nacional, o desafio de ampliar sua atuação para fora do partido e avançar na construção de uma plataforma política capaz de dialogar com os anseios das juventudes e de transformá-los em agenda nacional.

33. Se há uma consciência popular cada vez mais anti-neoliberal, se a juventude brasileira é hoje mais otimista, se o PT é o partido de grande referência da população brasileira e sua juventude está inserida nos movimentos sociais, vivemos notadamente um clima favorável para disputar a juventude brasileira, a partir de nossa hegemonia e com centro na estratégia da revolução democrática.

34. Entretanto, a disputa da juventude da classe trabalhadora brasileira só é possível a partir do fortalecimento dessa agenda no interior do PT, através do estreitamento dos seus vínculos com os movimentos sociais de juventude e da construção de uma cultura política do socialismo democrático, identificada com os princípios do Estado Solidário, Feminista e Multiétnico, que queremos construir.

35. Só será possível se estiver também inserida no quadro de novo ascenso dos movimentos sociais, fortalecendo a dinâmica da revolução democrática. Esse ascenso deve ser dirigido pelo bloco histórico das forças políticas e sociais, dentre as quais fazem parte a JPT, a CUT, a UNE, a Marcha Mundial das Mulheres e diversas entidades e movimentos juvenis.

36. Ao longo dos últimos anos, criamos as condições para que a juventude da DS agora possa avançar na construção de hegemonia neste processo. Através da nossa presença no núcleo dirigente da JPT e UNE podemos expressar o ponto de contato entre a juventude do maior partido de esquerda da América Latina e a maior organização política de juventude do país, respectivamente.

37. Nesse sentido, devemos seguir a estratégia que nos coloca no centro desses processos, participando da direção dessas entidades e disputando os seus rumos, programas e formas de organização em sintonia com uma nova cultura política democrática e socialista.

38. Nos últimos anos, ampliamos significativamente nossa intervenção nos movimentos de juventude, atingindo protagonismo inédito da JDS na liderança da juventude petista. A partir do trabalho e das alianças que construímos no movimento estudantil, ampliamos nossa intervenção em diversas frentes sociais e na própria estrutura partidária.

39. A Democracia Socialista vem protagonizando a elaboração e a execução das principais políticas públicas de juventude do Brasil a partir do modelo exercido em nossa gestão municipal de Fortaleza. Desde o Cuca, maior aparato de Juventude da América Latina, passando pelo ProJovem Urbano (premiado como o mais bem sucedido do Brasil), CredJovem, Sistema Municipal de Juventude (Plano Municipal, Fundo Municipal e

Conselho), até o Festival Latino-americano das Juventudes, nos possibilitou implementar uma política pública referência para o PT e trouxe bastante capilaridade para nossa organização.

40. A nossa direção no processo da II Conferencia Nacional de Políticas Públicas de Juventude e na Presidência do CONJUVE ampliou nosso diálogo com outras forças, criando maiores possibilidades de, no próximo período, ampliar a inserção e disputa da JDS nas pautas da juventude trabalhadora e nos movimentos sociais. Além do CONJUVE, a JDS também está presente nos Conselho Nacional de Políticas para as Mulheres, Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial e Conselho Nacional do Desenvolvimento Rural Sustetável.

41. Esse momento especial que vivemos só é possível com o reconhecimento e valorização do trabalho de juventude pelo conjunto da corrente. A aposta e o investimento feitos no último período garantiram a sustentação necessária para que tivéssemos cada vez mais uma juventude militante, de massas e com importantes quadros públicos.

42. Junto a essa avaliação positiva da nossa atuação nos movimentos sociais, liderando parte expressiva da juventude petista em cada um desses espaços, nossas recentes formulações apontam para a necessidade de conferir maior centralidade para a tarefa partidária, articulada com o nosso trabalho nas frentes sociais.

43. Se a organização da juventude trabalhadora é estratégica para a revolução democrática e o PT é o partido em condições de dirigir esse processo, a construção do trabalho de juventude da DS deve ter mais sintonia com a nossa construção partidária.

44. Na JPT, temos motivos para afirmar que vivemos um novo momento. A nova geração de jovens petistas está inserida num PT diferente, porque mais democrático, militante e socialista. O 4o Congresso do PT aponta para uma maior participação de base e para a democracia participativa do PT, com medidas radicais, como a paridade de gênero, o critério étnico-racial e a aprovação de 20% de jovens nas instâncias partidárias. O II Congresso da JPT reafirmou esse sentimento, dimensionou o conceito de revolução democrática e apontou diretrizes organizativas que correspondam às novas demandas.

45. É nossa tarefa transformar a JPT em vanguarda na luta social, imprimindo uma nova cultura política, que desburocratize a ação da JPT e nos conduza ao protagonismo da construção de um bloco histórico da revolução democrática.

46. Os jovens se organizam em partidos políticos, ONGs, redes, escolas e suas entidades representativas, bairros, sindicatos, etc. A JDS precisa ter capacidade de construir-se nesses processos criando uma identidade programática dessas parcelas com o partido, consolidando em patamar hegemônico o nosso programa.

47. Queremos construir uma juventude revolucionária, militante, libertária e consciente das suas tarefas. Exatamente por isso precisamos ampliar nosso peso social, nossa capacidade de organização e construir alianças que legitimem nossa intervenção partidária nos movimentos juvenis que participam desse novo bloco histórico.

48. Portanto, nossa tarefa imediata é fazer com que a ampliação do nosso peso social se reverbere na construção da hegemonia da revolução democrática no interior da JPT. O nosso desafio é fazer com que a DS seja a principal corrente petista com intervenção nos movimentos de juventude.

O movimento estudantil: principal frente de massas da juventude da DS

49. Uma das tarefas centrais no programa da revolução democrática é transformar a educação. Devemos nos esforçar constantemente para apresentar um modelo de educação libertador, integrado à comunidade e a territorialidade brasileira, ancorado numa plataforma anti-neoliberal e sintonizado com a juventude da classe trabalhadora.

50. Nos últimos anos acompanhamos poucas mudanças na educação básica, sobretudo no nível médio. A escola continua anacrônica e distanciada de uma proposta emancipatória. Ela faz cada vez menos sentido para a juventude da classe trabalhadora, que em geral não prossegue com os estudos e entra precocemente no mercado de trabalho. A juventude negra é o segmento mais fortemente marginalizado por essa escola excludente. No contexto de discussão da “Reforma do Ensino Básico”, é necessário repensar a escola, alterando suas estruturas físicas, curriculares, pedagógicas e introduzir conteúdos sintonizados com a vida da juventude. Essa deve ser uma orientação para a nossa atuação na UBES, mas também na UNE.

51. No nível técnico e superior, o conjunto das políticas educacionais pós-Governo Lula tem democratizado o acesso e alterado o perfil dos estudantes brasileiros nesses níveis de ensino. Hoje, são cada vez mais estudantes trabalhadores e trabalhadoras, mais negros e negras, indígenas, pessoas com deficiência, jovens do campo, jovens LGBT, mais mulheres. Tudo isso nos permite organizar a juventude trabalhadora também neste terreno.

52. No entanto, permanece a necessidade de maiores enfrentamentos com o setor mercantil. A construção de programas de expansão do ensino técnico e tecnológico, como o PRONATEC e o PRONACAMPO, e do ensino superior, como o PROUNI e REUNI, não podem simplesmente responder às demandas do capital pela massificação e ampliação do contingente de jovens trabalhadores e trabalhadoras e devem refletir a superação da alienação e da divisão entre o trabalho manual de baixa qualificação e o trabalho especializado. A democratização dessas políticas passa necessariamente por maior participação popular e dos movimentos sociais.

53. Devemos seguir a opção de compor o centro da direção da UNE. Essa estratégia nos permite desenvolver a política que posiciona a entidade com protagonismo no interior do bloco histórico da Revolução Democrática.

54. O balanço da nossa atuação é positivo. Conciliamos nossas tarefas à necessidade da nova cultura política e, além de nos constituir como importante referência no debate educacional, desenvolvemos a capacidade de convocação hegemônica para os debates e as lutas feminista e antirracista. Essa combinação, aliada aos acertos táticos que experimentamos, resultou em crescimento da nossa base social e importante peso político na UNE, com nossa presença na vice-presidência da entidade e nas principais pastas.

55. Esse processo mantém o movimento estudantil como a nossa principal frente de atuação de massas e o espaço onde existe a maior identidade pública do nosso trabalho de juventude. Portanto, o desafio é dar continuidade ao nosso crescimento de maneira qualificada.

56. A política de mulheres acumulada na entidade, tanto na sua organização interna como para sua expressão pública, é resultado da prioridade que demos a ela. Temos agora a tarefa de formar novas feministas dirigentes, que atuem no movimento estudantil, preparadas para o desafio de disputarmos nossa política no debate de mulheres e em todas as frentes de luta para emancipação da vida das mulheres. Ao ganhar mais peso na entidade e entre o conjunto das forças políticas, fortalecemos a perspectiva feminista.

57. A Kizomba ao longo das últimas duas gestões da UNE vem formulando e organizando a juventude negra na universidade brasileira. O enfrentamento ao racismo deve ter mais centralidade na nossa atuação, atualizando nosso programa e introduzindo novas pautas que dêem conta de contemplar a maior presença de jovens negros e negras no ensino superior e a necessidade de garantir o seu acesso a um ensino básico de qualidade. A reafirmação das políticas afirmativas para todos os níveis de ensino, a implementação da Lei 11.645, que estabelece obrigatoriedade do ensino da história e cultura da África e indígena nas escolas públicas e privadas, e a garantia de assistência estudantil para estudantes prounistas são instrumentos de reparação e da luta antirracista fundamentais.

58. A contribuição da Kizomba foi decisiva para a aprovação dos Conselhos Fiscais e Editoriais na UNE. Esses conselhos são importantes para a democratização interna da entidade, mas ainda depende de ser implementados e devemos incidir sobre isso. Além disso, desde a última gestão apresentamos ao conjunto

das forças políticas a necessidade de alterar o formato dos fóruns da UNE, tornando-os mais democráticos e participativos. Precisamos reforçar e atualizar o nosso protagonismo na organização de espaços democráticos e que dialoguem com a vida cotidiana dos estudantes. O Encontro de Mulheres Estudantes (EME) e o Encontro de Negros, Negras e Cotistas da UNE (ENUNE) têm sido decisivos para essa política.

59. A construção do Ver-SUS foi retomada e com forte protagonismo da UNE a partir da intervenção da Kizomba. Devemos trazê-lo para o centro da nossa política no movimento estudantil. O VER-SUS é uma luta programática na construção de um movimento estudantil que entenda o SUS como mecanismo de inclusão social e saúde como direito humano fundamental. Além disso, essa política se insere no esforço empreendido pela Kizomba em criar novos espaços democráticos e de maior protagonismo dos/as estudantes.

60. A liderança do debate educacional na UNE deve se manter como prioridade. Nossa formulação, a construção do debate sobre a reforma universitária, a participação na CONAE e Fórum Nacional de Educação nos possibilitaram protagonizar este debate na entidade e organizar a nossa militância.

61. É necessário atualizar nossa luta a partir da nova realidade da universidade que estamos construindo desde o início do governo Lula, como por exemplo, as novas modalidades de curso. Temos que atualizar nossa formulação sobre a reforma universitária, que sintetiza nossas principais bandeiras educacionais, destacando os avanços e os limites e organizando a agenda educacional a partir dos objetivos da revolução democrática.

62. Sabendo que a maior parte da juventude brasileira está fora das universidades e que devemos ampliar a nossa atuação com esses setores da população jovem, é tarefa aproveitar a atual organização que temos no ME para atingir esse objetivo. Assim, devemos nos apropriar de espaços como a extensão universitária para entrar em contato com outros movimentos de juventude.

63. Devemos constituir uma política nacional para fortalecer nosso trabalho no movimento secundarista, dando capilaridade nos principais estados onde estamos organizados e criando uma identidade própria que referencia nossa militância e amplie nossa intervenção. Na atual gestão da UBES, ocupamos a diretoria de mulheres na executiva e nossa tarefa central é protagonizar a construção feminista da entidade. A ampliação da nossa intervenção na UBES pode contribuir também para um acúmulo maior da Kizomba sobre a construção da Nova Cultura Política no movimento secundarista e na formulação educacional da entidade.

Compartilhe nas redes: